

A Fórmula *Magistra Vitae* nas *Cien empresas* de D. Diego Saavedra Fajardo.

Elanny Brabo de Matos.*

I – Espelhos e emblemas: a presença da *história magistra* na literatura normativa.

La historia es maestra de la verdadera politica, i quien mejor enseñará à reinar al Príncipe, porque en ela està presente la esperiencia (sic) de todos los gobiernos pasados, i la prudencia, i juicio de los que fueron, Consejero es, que a todas horas està com ele.

(Diego Saavedra Fajardo. *Idea de un príncipe político Christiano Representada en cien empresas.*)

A afirmação do político da corte de Felipe IV D. Diego Saavedra Fajardo em sua obra *Idea de un Príncipe Político Christiano Representada en cien Empresas*¹ nos remete a uma discussão ainda recorrente de um dos topos mais longevos da história, o da *história magistra vitae*. Cunhada pelo escritor e tribuno romano Marco Túlio Cícero (106 a.C – 43 a.C) essa expressão confere um sentido de perenidade à história e a experiência humana, destacando seu caráter de instrução para a vida a partir do uso de inúmeros exemplos e modelos que deveriam ser seguidos tanto para atender as demandas políticas, com seus temas ligados à governabilidade e condução dos povos, quanto a uma função moral, ligada aos valores, comportamentos e princípios (KOSELLECK, 2006: 41-60. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010.)

O topos do pagão Cícero foi apropriado desde então por inúmeros pensadores, políticos, legisladores e educadores, inclusive homens ligados a experiência histórica cristã, contudo aqueles, ao fazerem uso de suas máximas, tiveram o cuidado de reservá-lhe um lugar subalterno e legitimá-las somente a partir de um conteúdo religioso (KOSELLECK, 2006: 44). Esse exercício pode ser verificado em exemplos de obras da literatura normativa do seiscentos ibérico, já que as mesmas em sua essência faziam a referência ao topos da *história magistra vitae*. Torna-se primordial, portanto, esclarecer o que era esse gênero literário. A literatura normativa compunha-se de obras que

* Mestranda do Programa de pós graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professora da rede pública do estado do Rio de Janeiro.

¹ A obra *Idea de un príncipe político Christiano Representada en cien empresas*, tratado político-pedagógico destinado a instrução de D. Baltasar Carlos, filho do monarca Felipe IV, é de autoria de Diego Saavedra Fajardo, político e diplomata eminente da corte de Felipe IV. Esse autor, apesar de sua agitada vida pública, escreveu diversas obras de cunho político e pragmático, dentre elas a mais importante é a citada acima.

abrangiam um discurso normatizador que tinha como objetivo atender a uma demanda que almejava a uma mudança de hábitos. Jacques Revel nos informa que esse gênero foi criado com a finalidade pedagógica de expor e ensinar as maneiras consideradas legítimas no meio de comportamentos diversos (REVEL, 2009. 170). Para isso nada melhor que o uso de máximas edificantes que trouxessem aos *educados* os exemplos de posturas a serem seguidos. Os autores apresentavam máximas e aconselhamentos a partir de diversas formas literárias, a exemplo de obras relativas ao discurso jurídico, ao discurso eclesiástico, aos textos de instrução do príncipe e a literatura de emblemas. No presente artigo o objeto de análise remeter-se-á às duas últimas formas citadas.

No que concerne aos textos relativos à instrução do príncipe, conhecidos mais comumente como *Espelhos de Príncipes*, pode-se entendê-los como tratados didático-políticos, “manuais” ou “guias” que continham recomendações que serviriam como fonte de instrução para o futuro monarca. Neles estavam contidos preceitos acerca do que ele deveria ser, saber e fazer para dirigir bem o seu reino. Os *Specula Principum*, como também são chamados, têm uma longa tradição que alude à representação anterior do período de centralização monárquica iniciado no século XII. Ana Isabel Buescu citando Nair Nazaré Costa afirma que desde a antigüidade encontram-se elementos aglutinadores de uma série de informações para as atividades governativas do futuro monarca (COSTA Apud BUESCU, 1996:30), estas tinham por característica principal o elenco de modelos e ações a serem seguidas pelo príncipe. Segundo a autora o pioneirismo destas instruções pode ser encontrado em obras como *A Nicocles*, do retórico grego Isócrates, do século III a.C. Michel Senellart em sua *As artes de governar* nos aponta ainda outras obras e autores da antiguidade que em muito influenciaram na elaboração deste gênero, a exemplo de Cícero e Sêneca (SENELLART, 2006: 47).

Por outro lado Jacques Le Goff e Bernard Guénee destacam a importância de Santo Agostinho e da sua *Cidade de Deus* como influencia na composição desta literatura, a obra é apontada como um dos primeiros espelhos de príncipe no início da Idade Média (LE GOFF, 1996: 359. GUÈNEE, 1981: 115). Não obstante, uma maior sistematização do gênero se dará, somente a partir do período carolíngio, onde os conselhos da tradição antiga, juntando-se aos preceitos bíblicos, darão um caráter moralizador e ascético às obras produzidas no período.

É consensual, portanto, na historiografia da análise dos espelhos que a partir do contexto carolíngio, as obras passaram a articular um viés tanto secular quanto religioso, pois, nesse momento, as virtudes do bom governar estavam apoiadas em uma concepção de governo das almas², e no seu quadro de autores figuravam membros da hierarquia eclesiástica que propunham uma doutrinação para a função régia (SENELART, 2006: 24 e 107). Recomendava-se que esta função deveria ser espelhar nos *exempla* de boa governança tomados a partir da utilização política da Bíblia. Para Buescu, “os seus autores, destacados membros da hierarquia eclesiástica, propõem ao soberano os modelos dos reis do Antigo testamento (...) e um quadro de virtudes próprias de um monarca cujo poder vem de Deus e que na lei divina tem os seus limites” (BUESCU, 1996: 33). Michel Senellart assinala ainda que a passagem do capítulo 17 do livro do Deuteronômio³ apresentava as características necessárias a um espelho, pois mostrava o que o governante deveria fazer ou evitar, além disso, ao longo do texto sagrado estava explicitado um elenco de personagens que representavam as virtudes a serem seguidas: o rei Davi, por sua humildade, o rei Salomão por sua sabedoria e Jó, que embora não tivesse sido rei, era dirigente e piedoso (SENELART, 2009: 110).

Apesar do destaque dado aos espelhos carolíngios e a sua função como manual de reflexão diária, somente a partir dos séculos XII e XIII é que a circulação dos espelhos se tornou mais abundante, inclusive com o aparecimento dos primeiros tratados políticos utilizando como título o vocábulo específico. O gênero também passaria a envolver uma multiplicidade temática, dando origem a uma diversidade de tipologias de espelhos, como por exemplo os espelhos instrutivos, que reuniam o saber de uma época, os espelhos que reuniam coletâneas de direito canônico e os espelhos enciclopédicos ou exemplares, que tinham por função apresentar uma lista de virtudes e vícios que deveriam ser seguidos ou reprochados e que serviriam como um guia de princípios tanto espirituais quanto morais (SENELART, 2006: 49-54).

No início da Baixa Idade Média surgem obras como *O Policraticus* (1159) de João de Salisbury e o *De Regimi Principum* (1287) de Gil de Roma (1247-1316). O primeiro

² SENELART, Michel. Op. cit. p. 24 e 107.

³ Passagem que versa sobre a eleição e deveres do rei. Cf. Deuteronômio, 17: 14-20. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2003.

formatava-se em oito livros voltados para a vida dos membros da corte, do príncipe e dos magistrados e nos livros IV, V e VI - que compunham a parte específica de um espelho de príncipe - o autor aglutinou diversos exemplos de gêneros textuais, como a sátira, a filosofia, a jurisprudência, comentários bíblicos e meditação. A inovação de Salisbury está ao aliar a proposta dos espelhos tradicionais, como a já citada passagem bíblica do Deuteronômio, 17: 14-20, com a divulgação de uma imagem que seria muito bem sucedida posteriormente: a visão organicista da sociedade como um corpo⁴. Já por seu lado, o *De Regimini Principum* apoiou-se no corpus doutrinário das obras *A Ética*, *A Economia* e *A Política*, de Aristóteles e os princípios contidos nelas foram resgatados e apropriados ao universo cristão por São Tomás de Aquino na obra homônima *De Regimini Principum* (1265), assim o texto de Romano, que foi discípulo de São Tomás, igualmente configurou-se em três partes, indicando, de acordo com o corpo doutrinal aristotélico, uma sequência racional que se reportava à vida do príncipe. No primeiro livro explicitava-se como este deveria conduzir a si próprio, no segundo como o monarca deveria governar a sua família e no terceiro livro, como deveria administrar o seu reino (POZA, 1999: 25). Segundo introdução que a estudiosa espanhola Sagrario López Poza faz na reedição das *Empresas políticas* do já citado político D. Diego Saavedra Fajardo no final da década de 1990, foi a partir do tratado de Romano que os espelhos que se seguiram obedeceram a uma ótica do rei como “*individuo, como miembro de una familia y como regente de una comunidad*”(POZA, 1999: 25). A partir do exposto podemos concluir que nos espelhos do medievo estavam aparentes os exemplos de uso da história *magistra* pagã e sua articulação com a história baseada nos *exemplas* cristãos, contudo deve-se ressaltar que aquela primeira estava posta de forma subalterna a segunda e é esse tipo de configuração que repercutiu nos *Specula Principum* do período moderno.

Nesse período se somariam a este conjunto de obras o gênero dos Emblemas. A literatura emblemática surgiu na terceira década do século XVI sob tutela do humanista e jurista italiano Andrea Alciato (1492-1550). Segundo Maldonado de Guevara o estilo emblemático caracterizou-se pela sistematização de obras que recorriam a uma construção binária que continha em seu corpo uma parte semântica e outra gráfica

⁴ Nesta metáfora a cabeça do corpo é o rei e seu tronco e membros, são os servidores reais, os soldados e os demais governados.

(MALDONADO DE GUEVARA, 1949: 15-80), este estilo era representado pelos *livros de emblemas* ou pelas *empresas*. Henri Stegemeier, por outro lado, nos oferece uma explicação mais definida, para ele, um verdadeiro emblema era portador de uma estrutura tripartida organizada por uma gravura inicial, que continha um aspecto principal ilustrado, vindo em seguida uma breve inscrição, que normalmente estava impressa logo acima do desenho, servindo como um lema descritivo tirado de fontes bíblicas ou proverbial, chamado mote. Por último viria um subscrito ou texto explicativo sob a gravura configurado como um epigrama, ou versos com rimas ou com um texto em prosa, que era geralmente seguido de longos comentários (TANNER Apud REIS, 2000: 60). Essas três partes estavam interrelacionadas podendo ser compreendidas como partícipes daquela construção binária que era formada por “corpo e alma” - este primeiro seria a gravura e a aquela segunda o texto - que juntos produziram significado

De acordo com Sagrario López Poza, seu nascimento ocorreu de forma casual a partir da elaboração de 99 epigramas latinos por aquele humanista (POZA, 1999: 31-32). Para cada um destes epigramas, Alciato compôs um título e sistematizou a obra que circulou por algum tempo de forma manuscrita. Seu amigo Conrad Peuntinger foi quem a repassou a primeiro impressor, Heinrich Steyne, que considerou comercialmente apropriado acrescentar uma imagem a cada epigrama. A primeira publicação da obra concretiza-se em 1531, com o título de *Emblematum Liber*⁵ e faz com que este estilo literário se espalhe pela Europa até finais do século XVII. Gênero característico da cultura do barroco, essa espécie de literatura era elaborada pelos escritores daquele período com o objetivo de sensibilizar seus leitores. Nelas poderia ser encontrado o ensino das mais variadas coisas e dos mais diversos exemplos que, acompanhados por representações iconográficas, apresentavam ao leitor motivos para meditação (MARAVALL, 1997: 52), dessa forma a mensagem que se queria transmitir poderia ser percebida tanto através da leitura atenta como de modo visual.

A Idea de um príncipe político Cristiano representado en cien empresas de D. Diego Saavedra Fajardo, apresentada na epígrafe que inicia este tópico, se situa tanto como um gênero da literatura emblemática quanto no gênero dos espelhos de príncipe.

⁵ O *Emblematum Liber* conheceu notável ventura editorial e gozou de expressiva popularidade durante os séculos XVI e XVII, dessa forma exercendo grande influência nos meios intelectuais.

Publicada pela primeira vez em Viena, em 1640, a mesma trata-se de uma obra que agrupa um conjunto de *empresas* em que seu autor recorre massivamente às indicações do topos *história Magistra vitae* para a educação do príncipe. Ao longo de suas cem *empresas* propõe aconselhamentos acerca da arte de governar, utilizando um número expressivo de máximas e exemplos da tradição profana e cristã, expressos tanto de forma escrita quanto imagética. Na próxima parte do texto procuraremos apresentar algumas partes da referida obra que aludiram à proposição da história como mestra da vida.

II – A Fórmula *Magistra vitae* nas Empresas Políticas de Diego Saavedra Fajardo.

Segundo Buenaventura Delgado Saavedra Fajardo figura como um dos autores mais destacados da literatura tratadista especular (DELGADO, 1993: 289). Sua mais importante obra, a já citada *Idea de um príncipe político Cristiano representado en cien empresas*, segue os preceitos de uma metodologia que utiliza a persuasão como forma de direcionar a conduta do príncipe para o exercício reto e equilibrado do poder e do governo sobre os súditos. O diplomata, dessa forma, deixa de lado a abordagem mais teórica apresentando encaminhamentos para resolução de problemas práticos da régia gestão.

Mais que um modelo de tratado político, as *Empresas políticas* – como era também conhecida a obra diplomata -, pode ser analisada como um exemplar de trabalho didático-pedagógico. De acordo com Delgado, o programa educativo do autor seguia as indicações para uma preparação moral, intelectual, religiosa, física e sócio-profissional, o que era corrente ao ideário dos autores políticos do século XVII (DELGADO, 1993: 294). Essas indicações vinham demonstradas nos inúmeros avisos e admoestações representadas nos muitos exemplos e testemunhos históricos usados ao longo da obra.

Já em sua primeira empresa, intitulada *Desde la Cuna comiezan los trabajos del Príncipe, i se descubre su valor*, o político faz uso do exemplo, neste caso lançando mão da imagem do semi-deus Hércules, ainda menino dentro do berço, despedaçando com as mãos uma cobra, enquanto outra se desliza em sua direção com intenção de ataque. Saavedra Fajardo apresenta como significado para esta imagem, o valor inato da

personagem, entretanto, lembra a necessidade de se articular as qualidades de nascimento com a sua educação, para que haja assim perfeição entre corpo e mente do príncipe (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 01-06).

Na segunda empresa⁶ Saavedra Fajardo destaca a educação dos *seletos*, pois são responsáveis diretos pelo poder e guardiões da ordem e da paz. Para esse escrito político, a educação dos reis, príncipes e infantes era mais necessária que a dos demais indivíduos, pois eram considerados instrumentos da felicidade política e do bom funcionamento das coisas públicas, e se a má ou insuficiente educação era prejudicial a todos, ainda mais danosa seria ao príncipe, já que ofenderia e estimularia o mau exemplo a todo o reino (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 09). Para sustentar seu discurso, o tratadista usa o exemplo de Filipe da Macedônia ao alegar que este, “Reconociendo esta importancia de la buena educacion (...) escribió a Aristóteles (luego que le nacio Alexandro) que no dava menos gracias a los Dioses por el hijo nacido, quanto por ser em tiempo, que pudiese tener tal maestro” (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 10).

Podemos perceber, assim, que a História, neste sentido, assume uma expectativa pedagógica ao ser utilizada para a educação de gerações futuras. A propósito, essa finalidade da história já é definida pelo autor na dedicatória de sua obra, quando o mesmo defende que com “con este fin refiere la historia libremente los hechos pasados, para que las virtudes quède por exemplo, se reprimam los vícios, i se advierta en las acciones con el temor de la memória de la infamia”(SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 03). Para Saavedra Fajardo deve-se obter a emulação com o exemplo e uma forma de se empreender essa ação é utilizando aqueles que tem maior força dentre todos, que são os exemplos dos antepassados, pois “lo que no pudo, obrar la sangre, obra la emulacion” (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 13), a história, portanto, deverá se referir a feitos históricos gloriosos que se imprimam na memória e incitem a imitação de ações prudentes.

Na quarta empresa intitulada *No solo con las armas, y fortaleciendo el ánimo con las ciencias*⁷, o político explanara, tanto através da iconografia quanto do texto, as *sciencias* e conhecimentos que deveriam figurar na educação intelectual do príncipe e o

⁶ AD OMNIA (Y puede el arte pintar como en tabla rasa dus imagenes). fol. 7-13.

⁷ NON SOLUM ARMIS (y fortaleciendo) el ánimo con las ciencias). Fol. 24-31.

lugar da história nesse contexto. Na imagem desta empresa, na edição de 1640, está disposta uma coroa real sobre dois livros, um deles aludindo a Homero, já na imagem da edição de 1642, apresenta-se ante a uma ampla paisagem uma peça de artilharia que está sendo nivelada por meio de um braço que surge de uma nuvem, localizada na imagem. O significado apresentado por estas imagens representa a necessidade da articulação de uma educação voltada não somente às armas, mas também as ciências, já que as armas e as letras deveriam se colocar ao mesmo nível, ambas observando a razão.

Para nosso tratadista, o estudo seria necessário “para mayor perfeccion” e ainda que a prudência natural fosse importante, ficava a dever ao conhecimento das coisas, além disso, a observação dos exemplos passados e presentes não “se adquire perfectamente sin el estudio” (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 25). Contudo é pertinente apontar o alerta do político, para que o príncipe buscasse um meio termo, não devendo ficar ignorante, mas tampouco devendo se entregar às ciências de forma que se esquecesse do reino. D. Diego Saavedra Fajardo defendia uma educação com fins práticos, ou seja, que fosse utilizada como forma de gestão do governo e não meramente erudita, e nesse ponto ele inseria-se ao pensamento dos escritores políticos daquela época que defendiam e aplicavam o ensinamento com uma finalidade pragmática concernente a melhoria e conservação do Estado. O universo de autores no qual transitava Saavedra Fajardo era formado por funcionários em um mais amplo sentido, como servidores do estado, diplomatas, secretários, advogados, militares e religiosos não professos que faziam as vezes de conselheiros, enfim, conhecedores profundos dos problemas políticos-sociais da época (MARAVALL, 1997: 50-51).

A própria formatação dos livros emblemáticos deixava perceber a funcionalidade e praticidade de tal proposta pedagógica, pois os livros expunham as máximas e aconselhamentos de forma que, a qualquer momento, fosse fácil encontrar o que se buscava ou fosse conveniente, pois a formatação desta literatura apresentava-se como:

... un manual que en corto espacio reuniera una gran serie de advertencias para el trato humano y para orientarse en las diferentes situaciones. El gobernante podría llevarlo fácilmente en el bolsillo y afrontar urgentemente con su ayuda todas las dificultades. (...) En forma de diccionario o sucintos temários, (...) Algunos de éstos tienen pequeños aforismos para cuando no hay tiempo que perder en la consulta, seguidos de explicaciones algo más extensas a utilizar cuando no apremia tanto el tener que actuar. (MARAVALL, 1997: 33)

Além da história que instruiria o príncipe pois, como mestra da verdadeira política, se achavam nela presentes a experiência de todos os governos passados, ao príncipe deveriam ser ensinados o temor a Deus, a eloquência, a jurisprudência, as letras, a geografia a cosmografia a geometria e as artes da fortificação, tudo a partir do recurso aos exemplos históricos.

Vejamos como esses exemplos são usados quando o político seiscentista alude a educação religiosa do futuro monarca. As empresas obedeciam a concepção de uma razão de Estado fundamentada na política cristã católica e, segundo Luis Reis Torgal, Saavedra Fajardo, como vários políticos do século XVII, apesar de ter a “consciência de que a política era uma arte com características próprias, em que as regras de atuação deveriam ser devidamente ponderadas e aplicadas”, como católico que era, procurava ligar suas regras à religião, observando, dessa forma, a concepção da razão de Estado católica e repudiando as concepções políticas consideradas *satânicas*⁸(TORGAL, 1981: 137). Ainda segundo Torgal, pelo fato de a política estar subordinada aos valores do catolicismo, nada mais natural que os autores efetivamente lançassem mão dos exemplos bíblicos e das citações patrísticas, o quê não quer dizer que não recorressem, igualmente, aos exemplos históricos da política.

Tal reflexão é aplicada na empresa 16, que tem como legenda *A Deo*, traduzida como “Procedente de Dios” ou ainda “Reconozca de Dios el cetro” e na empresa 22 intitulada *Immobilis ad Immobile e Numen* e traduzida pelo autor como “Mire siempre al norte de la verdadera religión”, em ambas, a religião aparece como fundamento da ação política e dá essência a atuação régia, pois “Siendo Dios por quien reinan los Reyes, i de quien depende su grandeza, sus aciertos, nunca podram errar, si tuvièren los ojos en el”, já que “la maior potestad descende de Dios” (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 104). O diplomata prossegue alegando que se a justiça instituída com as leis, com a recompensa ou o castigo são as colunas que sustentam a República, por outro lado seriam colunas “en el aire, sino asentasen sobre la base de la Religion, la qual es el vinculo de las leyes” (SAAVEDRA FAJARDO, 1640:150).

Os aconselhamentos de defesa e temor a Deus e à religião católica, além de serem apresentados nos textos, são também aplicados nas imagens que compõem as empresas

⁸ Torgal nos fornece um rol destas concepções consideradas satânicas por sua ortodoxia ou influência pagã, são elas, as doutrinas *maquiavelianas*, regalista, de tolerância religiosa, como a bondianiana e ainda as protestantes.

citadas. Na representação da décima sexta empresa apresenta-se um braço, que saindo de uma nuvem, empunha um leme que governaria e dirigiria o mundo, e também um cetro onde está incrustado uma pequena lua crescente que está abaixo do sol. O sol alegoricamente representa a imagem do poder de Deus e a lua a figura do príncipe, este último dependeria, portanto, da luz solar – poder de Deus – para gerir as questões do Estado.

Na imagem da vigésima segunda empresa está representada uma bússola localizada próxima a uma praia sob um céu estrelado, esta aponta exclusivamente para a estrela polar, apesar de esta encontrar-se situada no meio de outras duas estrelas. Saavedra Fajardo apresenta nesta imagem a comparação do movimento contínuo da agulha da bússola, que só cessa quando aponta para a estrela polar⁹, com a inquietação humana, que somente se aquietaria quando por fim conhece e dedica adoração a Deus, visto na alegoria como local de repouso. Para o autor das cien empresas, a representação metafórica descrita é especialmente restrita ao príncipe, pois, como piloto que governa e rege a República, é quem mais deveria buscar a orientação divina.

Como já foi apontado anteriormente, dentre as indicações fundamentais contidas na obra de D. Diego Saavedra Fajardo, também constava conjuntamente a preocupação com a preparação física do príncipe. Segundo Buenaventura Delgado, a boa formação e fortalecimento do futuro rei poderiam ser uma garantia de êxito na dura tarefa de manutenção do governo, por isso os mestres e tratadistas políticos consequentemente recorriam aos variados exemplos das personagens do mundo antigo, e, principalmente, aos homens pios e também a metáfora do mundo natural (DELGADO: 1993: 293). Dentre as atividades indicadas pelos autores não poderiam faltar as *artes martiales*¹⁰, as *artes equiestre* ou as *artes venatoriae*¹¹, dentre outras (DELGADO: 1993, 294).

Podemos verificar algumas de suas indicações na terceira das Cien empresas. Intitulada *Trabàjen pues en fortalezelle el cuerpo, i ilustralle el animo con exercicios honestos*, nesta empresa Saavedra Fajardo aponta a importância de exercícios práticos para o sucesso da gestão do príncipe. Inicialmente encontram-se analogias entre o desenvolvimento de uma rosa e um coral, onde o autor explica que a fragilidade desta

⁹ A estrela polar indica sempre o norte.

¹⁰ Exercícios com a espada, lança e escudo.

¹¹ Exercícios de caça com o arco e com o falcão.

primeira se dá por conta do cuidado de seus cultivadores, enquanto que o segundo, por desenvolver-se a sombra das intempéries da natureza, revela-se com vigor mais duradouro. O mesmo exemplo poderia se aplicar a educação dos príncipes, pois segundo o autor:

Tales se ven en la educación de los Principes, los quales si se crian entre los arriños, i las delicias, qui ni los visite el sol, ni el viento, ni siestan outra aura, que la de los perfumes, salen achacosos, i nùtiles para el gobierno, como al contrario robusto, i hábil, quien se cria entre las fatigas i trabajos. Con estos se alarga la vida, com los deleites se abrevia. (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 17)

Saavedra Fajardo continua suas reflexões usando como exemplo dois monarcas ibéricos – D. João II e D. Fernando, o católico -, para enfatizar que, se ao príncipe não for aplicada uma educação que empregue os exercícios práticos, os governantes cairão em ruína, levando, por conseguinte o seu Reino.

La conveniencia, o daño de esta o aquella educacion se vieron en el Rei Don Juan el Segundo i el Rei Don Fernando el Cathólico. Aquel se crio en el Plácio, este en la campaña. Aquel entre Damas, este entre soldados. Aquel quando entro a gobernar le pareció que entrava en um golfo no conocido, i desamparado el timon le entrego a sus validos. Este no se hallò nuevo, ante um Reino ageno se supo gobernar i, hazer ovedecer, aquel fue despreciado, este respetado. Aquel destruyò su Reino, i este levanto una Monarquia. (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 17-18).

O hábito de se recorrer a modelos de condutas próximos faz parte das estratégias de emulação, ideia muito recorrente nos autores políticos do século XVII, já que, herdeiros do humanismo que eram, estes defendiam veementemente o caráter moldável do homem. Dessa forma, a comparação com modelos de exemplaridade positivos ou negativos mais próximos, auxiliaria para o melhoramento e ascensão dos indivíduos. Na décima quarta empresa que tem por mote *Purpura euxta purpuram*, traduzida como “Cotejando sus acciones con las de sus antecesores”, D. Diego Saavedra Fajardo apóia que seria mais útil conhecer as coisas pela comparação, visto que deste modo se observaria mais claramente o bem e o mal de cada ação. O príncipe, dessa forma, poderia comparar seu valor e poder com os de seus antepassados, para competir com aquelas ações de forma a aprender com elas:

Considere pues V.A., si iguala su valor al de su Generoso Padre: su piedade a la de sua Aguelo, su prudencia a la de Felipe Segundo: su magnanimidad a la de Carlos Quinto: su agrado al de Felipe el Primero: su política a la de Don Fernando el catholico: su liberalidad a la de Don Alonso el de la mano horada: su justicia a la del Rei Don Afonso Undécimo: i su religion a la del Rei Don Fernando el Segundo, i enciendase V.A. en deseos de imitallos con generosa competencia. (SAAVEDRA FAJARDO, 1640: 93).

Concluimos o presente artigo enfatizando, a partir das partes de discurso e iconografia elencadas acima, que os pressupostos didáticos contidos na *Idea de un príncipe político Christiano* defendem, como a quase totalidade das obras normativas do século XVII, a relevância da história *magistra vitae*, topos que o historiador Reinhart Koselleck historicizou, apontando sua força incontestável até o século XVIII.

Referências bibliográficas:

Fontes:

SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en. cien Empresas*. Dedicada al príncipe de lãs Espanas nuestro Señor. Monaco: Imprinta de Nicolao Henrico, 1640.

_____. *Idea de un Príncipe político Christiano Representada en. cien Empresas*. Milán: 1642.

_____. *Empresas políticas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

Obras Gerais:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem o ensino e a escrita da História?* In: Seminário Nacional o valor da História hoje. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2003.

BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa: Cosmos, 1996.

DELGADO, Buenaventura. *História de La educacion em España y América*. Tomo II: La educacion em la España Moderna (Syglos XVI – XVIII). Madrid: Ediciones Morata S.L, 1993.

GUÉNEE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.

- HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar e KUHLMANN JR, Moysés. (orgs). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: 2002. pp. 61-97.
- KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae”. In: _____. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC/ Contraponto, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *São Luis: Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MALDONADO DE GUEVARA, Francisco. Emblemática y política: La obra de Saavedra Fajardo. *Revista de Estudios políticos*, 43, 1949. pp. 15-80
- MARAVALL, José Antonio. “La Literatura política española em El siglo XVII”. In: *Teoría de Estado en España em el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997. pp. 23-70.
- POZA, Sagrario López. Introducción. In: SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Empresas políticas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.
- REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger. *História da vida privada. Da renascença ao século das luzes*. Vol. 3, Série Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 169-210.
- SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- TORGAL, Luis Reis. “A ‘política cristã’ e a concepção de Razão de Estado”. In: _____. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981. pp. 135-219.